

O resultado das eleições em Minas Gerais: perspectivas para o segundo turno

O voto do eleitor mineiro no primeiro turno

O eleitor mineiro adotou critérios diversos ao escolher seus candidatos para os diferentes cargos disputados no primeiro turno. Na eleição para a Presidência da República, ainda que por uma pequena diferença, um grupo maior de eleitores votou na petista Dilma Rousseff (43,48%) relegando ao segundo lugar o candidato tucano Aécio Neves (39,75%). Esse desenho se repete, com números diversos, na eleição do governador do estado. Pelo Partido dos Trabalhadores, Fernando Pimentel foi eleito em primeiro turno, tendo alcançado 52,98% dos votos. Seu opositor do PSDB, o candidato Pimenta da Veiga, obteve 41,89% dos votos.

Várias interpretações desses números são possíveis, mas não se pode inferir a partir deles uma preferência do eleitor mineiro pelo PT. Isso fica evidente quando se considera que o candidato ao senado pelo PSDB, Antonio Anastasia, foi eleito com 56,73% dos votos. Esse percentual equivale a mais de 5,1 milhões de votos – um número pouco abaixo daquele que elegeu, em turno único, o governador do estado Fernando Pimentel com 5,3 milhões de votos.

Tal comparação sugere que se coloquem algumas reflexões. Primeiramente, não parece que o critério predominantemente utilizado na definição do voto tenha sido o partido político do candidato. Se isso for verdadeiro, pode-se suspeitar de que tampouco o conhecimento do programa de governo ou as ideologias defendidas por um ou outro candidato tenham sido determinantes. São questões importantes cuja resposta requereria um

debate sociológico e político mais profundo ainda por ser feito. Pode-se, porém, assumir a hipótese de que a forma como foram conduzidas as campanhas preparatórias ao primeiro turno não permitiram ao eleitor entender com clareza as propostas de cada candidato – em particular ao Governo do Estado.

Na falta de elementos que ofereçam base para a formação racional de um critério de escolha, parece que o eleitor menos engajado no acompanhamento político acaba tomando sua decisão baseado em fatores superficiais. Não parecem ser raros os casos em que o eleitor decide em quem votar apelando para o sentimento de simpatia (assim como às vezes o exclui pela antipatia) que um candidato desperta nele. Agindo dessa forma, o eleitor não terá conseguido atingir um patamar verdadeiramente crítico e costuma limitar-se a repetir aquilo que, em seu grupo de convívio social, todos dizem e pensam.

Como se discute com maior profundidade a seguir, as eleições de 2014 trouxeram pouca renovação efetiva, ao contrário do que esperavam alguns analistas das manifestações ocorridas no ano anterior. Deve-se considerar que o índice de renovação foi baixo também porque as eleições não foram precedidas das mudanças estruturais necessárias, algumas das quais reivindicadas pelos manifestantes. Todo o funcionamento da política nacional está preparado para garantir a manutenção do modelo atual. Dificilmente uma estrutura política envelhecida poderia

oferecer um produto novo, adequado às demandas dos tempos atuais.

Contudo, não se pode deixar de questionar se o papel exercido pelas manifestações de 2013 não teriam sido superestimado. Parece que o discurso das ruas, segundo o qual o “gigante” teria finalmente acordado foi exagerado, se com isso se pretendia dizer, naquele momento, que os manifestantes expressavam uma participação mais crítica na vida política do país.

Analisando por um outro ponto de vista, pode-se dizer que as manifestações significaram um despertar também para valores conservadores. Muitos grupos com os mais diversos interesses tomaram parte naqueles eventos, inclusive aqueles que defendiam a

volta a uma estrutura social menos inclusiva. Esperar que as eleições concretizassem mudanças reclamadas pelos participantes e supor que isso significaria renovação, é tratar de maneira simples um evento social tão complexo como a própria sociedade.

Afinal, a análise que já pode ser feita após o primeiro turno – principalmente no que diz respeito ao perfil dos parlamentares eleitos – mostra que o voto dado pelo eleitor seguiu padrões bastante tradicionais. Durante as campanhas, todos os candidatos (pelos menos os presidencialistas) tentaram vincular-se ao discurso de mudança ouvido nas ruas em meados do ano passado. Até mesmo candidatos de situação trataram de incorporar a mudança como mote em sua campanha.

Influência dos líderes políticos sobre a escolha do eleitor

Uma crença comum a ser posta em questão é a capacidade que, em períodos eleitorais, se atribui a líderes políticos de determinar o voto do eleitor. Trata-se de algo difícil de se apurar, pois são múltiplos os fatores que levam o eleitor a definir seu voto. Um caso exemplar é o resultado eleitoral obtido pelo candidato a senador Josué Gomes (PMDB) que ultrapassou os 3,6 milhões de votos. Embora tenha sido derrotado, esse pode ser considerado um êxito notável, dado que essa foi a primeira vez que ele disputou uma eleição. Por um lado, essa votação pode estar ligada ao fato de que o pai do candidato, o ex-vice-presidente José Alencar, ainda exerce sobre parte do eleitorado mineiro uma grande influência. Por outro, é possível perguntar-se até que ponto o fato de contar com o ex-presidente Lula como padrinho político e seu principal cabo eleitoral contribuiu para sua votação. Se fosse possível isolar e mensurar esse fator, poder-se-ia compreender melhor a força política exercida por pessoas cuja interferência sobre o eleitorado é assumida frequentemente como indiscutível.

Contudo, se é difícil precisar o grau de ascendência que uma liderança política exerce sobre o eleitor, pode-se perceber mais facilmente quando tal poder de persuasão começa a declinar. É uma demonstração disso o fato de que a liderança política de Aécio Neves em Minas Gerais não foi capaz de levar a maioria dos eleitores a votarem nele próprio para presidente nem no candidato por ele indicado para governador do estado. Os altos e baixos e as mudanças súbitas nos rumos da eleição de 2014 serviram para estremecer a liderança de Aécio Neves, tida – por alguns grupos políticos e por significativa parcela dos agentes da mídia mineira – como incontestável. Chegou a delinear-se uma derroçada ainda maior quando o senador passou a figurar em terceiro lugar nas pesquisas de intenção de voto para presidente. Seu crescimento nas vésperas do primeiro turno acabou por conduzi-lo à segunda etapa da disputa.

O desfecho desse caso só ocorrerá com o segundo turno das eleições, no final de outubro. Uma vitória em sua campanha para presidente da República poderia compensar, de

certa forma, a perda da hegemonia que o PSDB mantinha, há mais de uma década, sobre o governo de Minas Gerais. Caso sofra na disputa federal mais uma derrota, o papel que o senador e seu partido desempenham no estado poderá passar por mudanças im-

Confiabilidade das pesquisas eleitorais

Outro fenômeno que chamou a atenção no resultado do primeiro turno foi o grau de acerto das pesquisas eleitorais. É verdade que, em linhas gerais, o resultado foi corretamente predito. Em Minas, já se dizia que Fernando Pimentel (PT) seria eleito em primeiro turno, mas as pesquisas não indicavam a votação alcançada pelo candidato Pimenta da Veiga (PSDB) que atingiu 41,89%. Tampouco apontavam as pesquisas que Aécio Neves (PSDB) teria uma diferença de apenas 8,04% em relação à candidata à reeleição Dilma Rousseff (PT). Ele aparecia com menos de 30%, ao passo que Dilma figurava entre 44% e 46%, ao invés dos 41,59% que acabou conquistando.

Ao todo, em pelo menos nove unidades da Federação, houve situações surpreendentes, com imprecisões que chegam a superar os dez pontos percentuais. Em vários casos, a diferença apurada pelas urnas foi superior à margem de erro apresentada pelos institutos de pesquisa, a maioria situada em dois pontos percentuais. Boa parte das pesquisas promete um nível de confiabilidade de 95%. Na mídia, esse número costuma ser explicado com a afirmação de que se se fizerem cem pesquisas com o mesmo método, 95 terão resultado idêntico ao obtido naquela pesquisa que está sendo apresentada. Afirmações dessa natureza dão ao expectador, ouvinte ou leitor a sensação de que é quase impossível que o prognóstico esteja errado. Na verdade, a cada uma das últimas eleições os fatos têm mostrado que a realidade não é tão simples assim. Não está sendo diferente

portantes. No entanto, parece claro que a derrota eleitoral não significa que a concepção de Estado, de sociedade e de relações econômicas defendidas pelo PSDB vá deixar de estar em disputa no cenário político mineiro.

também agora no segundo turno da eleição presidencial.

A imprecisão alcançada pelas pesquisas eleitorais têm suscitado muitas críticas de especialistas e de analistas políticos. Entre cidadãos, os erros surtem ainda outros dois efeitos. Por um lado, elas deixam de inspirar confiança e caem em descrédito, já que as margens de erro não se confirmam. Cria-se também a sensação de que as pesquisas possam ser intencionalmente manipuladas e que acabem buscando atender a interesses específicos. Outra crítica se faz à maneira como as questões apresentadas ao entrevistado são formuladas. Se são propostas de maneira equívoca, podem induzir o respondente a um tipo de resposta que se quer. Isso pode ser um erro metodológico, mas traz embutida a suspeita de falseamento intencional.

Dentre as várias pesquisas realizadas, até o momento, antecedendo o segundo turno das eleições presidenciais, há desde aquelas em que ambos os candidatos aparecem com empate técnico, favorecendo numericamente a um ou outro candidato, assim como outras apresentaram diferença de quase 18% favorecendo a Aécio Neves. Essa variação pode confundir o eleitorado, principalmente se se considera uma certa cultura do “voto útil”, disseminada entre os eleitores. É difícil medir o impacto que teve a divulgação, no sábado que precedeu a votação, dos números que punham Aécio Neves à frente de Marina Silva. Não parece descabido supor que as pesquisas tanto retratam uma situação como contribuem para criar ou, pelo menos, fortalecer uma tendência.

Dois argumentos são utilizados pelos institutos de pesquisa para defenderem seu desempenho. O primeiro afirma que os eleitores têm decidido seu voto na última hora. Se é esse o caso, as pesquisas deveriam ter estratégias metodológicas para apurar a possibilidade que o respondente percebe de que seu voto venha ser alterado. Evidentemente, não há nenhuma garantia de que o eleitor vá se comportar coerentemente em relação ao que diz. Isso por si só já torna o comportamento do respondente imprevisível. Daí se concluir que uma pesquisa, por definição, não pode ser exata.

Outra explicação apresentada pelos institutos diz respeito ao uso que, na mídia, se faz das pesquisas. Elas são apresentadas como prognósticos, isto é, uma previsão do que vai acontecer nas urnas. Na verdade, elas teriam de ser divulgadas como diagnósticos, ou seja, como um retrato (de fidelidade ao real bastante discutível) do que está acontecendo no momento em que as entrevistas estão sendo feitas. Nesse sentido, uma pesquisa mostra o passado, não o futuro. De acordo com esse ponto de vista, quando os números são divulgados, podem já não corresponder ao que está acontecendo.

No entanto, a crítica mais severa que tem sido feita às pesquisas diz respeito ao modo como os institutos escolhem quem vai res-

ponder as questões. Utiliza-se comumente um método chamado de amostragem por cotas. O entrevistador deve procurar seus entrevistados a partir de critérios predeterminados, como o sexo, a classe social, a região onde mora e vários outros. Parte-se de dados oficiais como o censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou dos dados disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral. Quem critica esse método, afirma que as cotas podem ser representativas, mas que seria quase impossível calcular a probabilidade de erro. Daí – concluem – a margem de erro ostentada atualmente na mídia poderia ser considerada errada. Afirmar que elas tem uma margem de erro de dois pontos percentuais seria, segundo dizem, um falseamento, na medida em que ostentam um nível de certeza que não podem de fato oferecer.

Existiria uma metodologia mais confiável, segundo dizem os técnicos que não concordam com os procedimentos adotados atualmente pelos institutos. Contudo, o custo seria mais alto e demoraria bem mais os dois ou três dias que uma pesquisa gasta para oferecer um resultado. Seja como for, é preciso desmistificar as pesquisas. Elas não são capazes de prever com exatidão o resultado das urnas.

Renovação conservadora no parlamento

Política, um negócio de família

A eleição para deputados estaduais e deputados federais teve como resultado a formação de uma “bancada jovem”. Tanto a Câmara dos Deputados como a Assembleia Legislativa terão 11% dos parlamentares com menos de 35 anos de idade. Entre os 77 deputados estaduais mineiros, nove estão nessa faixa etária; dos 53 deputados federais eleitos para representar Minas Gerais, seis são jovens. Esses números sugerem que a

participação da juventude em cargos de poder continua baixa, se se considera que, no estado, os eleitores que se situam nessa faixa são aproximadamente 38%.

A avaliação sobre o grau de renovação no legislativo não é, contudo, uma questão apenas quantitativa, pois depende essencialmente da forma como os eleitos entendem e fazem a política. Existe uma expectativa de que os jovens eleitos representem uma mudança

em relação às formas tradicionais de política. Quem defende esse ponto de vista afirma que esses jovens proviriam de uma cultura democrática, sem haverem passado pelo regime autoritário. Estariam habituados a uma sociedade mais globalizada e teriam uma mentalidade cosmopolita. Supõe-se que, em razão disso, estariam livres dos vícios patrimonialistas e patriarcais que caracterizam a política tradicional. Presume-se que sejam mais identificados com os eleitores e, portanto, seriam capazes de posicionamentos menos machistas, menos racistas e menos autoritários do que aqueles políticos acostumados a se comportarem como “caciques” ou “coronéis”.

A realidade, porém, parece ser um pouco mais complexa. Práticas políticas que atendam aos interesses da sociedade (e que não estejam finalizadas apenas ao benefício particular do eleito) não dependem da idade do deputado, mas de sua trajetória política. De fato, vários dentre os jovens eleitos são parentes de políticos e se engajaram na campanha servindo-se de instrumentos muito parecidos com aqueles empregados por seus padrinhos. Em alguns casos, os jovens deputados receberam votos em lugar de seus predecessores, os quais, após vários anos de atuação, saíram da cena pública deixando-os como herdeiros.

Só na Câmara Federal, listam-se 82 deputados (16%) eleitos em razão de seu parentesco com algum político famoso. Desses, quarenta foram eleitos pela primeira vez em 2014. Esse quadro não é muito diferente do resultado obtido em 2010, quando a “bancada dos parentes” era formada por pouco mais de 15%. Na bancada mineira, dos 53 deputados federais eleitos, nove são parentes de políticos: três foram reconduzidos; seis são novatos.

Na Assembleia Legislativa, dos 26 deputados que exercerão seu primeiro mandato, há oito eleitos em razão de seu parentesco com políticos conhecidos. Além disso, há outros doze reeleitos que também herdaram a carreira política. Portanto, mais de um quarto da Assembleia (cerca de 26%) será composta por deputados da “bancada dos parentes”.

Esse fato resulta de um modelo personalista de política. Vota-se em uma pessoa que se julga conhecer ou em alguém indicado por tal conhecido. Evidentemente, o eleitor sabe muito pouco e – ainda mais grave – recorre pouco a instrumentos que lhe permitam avaliar efetivamente seu candidato. Tal eleitor raramente relaciona o candidato ao partido a que está filiado. Em casos assim, o voto não é dado em razão de uma proposta consistente, mas de promessas mais ou menos aleatórias de melhorar a saúde, a educação ou outras ideias igualmente vagas. O voto motivado pelo parentesco do político indica que falta a eleitores e candidatos ao parlamento um comprometimento ideológico. Essa maneira de votar parece estreitamente ligada à reprodução e continuidade do modelo clientelista de se fazer política. Mantido esse modelo, não há como esperar renovação.

Está fortemente relacionada a esse fato a ideia que os candidatos fazem da política. Em todo o país foram eleitos 1.059 deputados estaduais e distritais. Ao preencherem o formulário oficial de candidatura, 492 (equivalente a 46%) declararam como profissão “deputado” ou “vereador”. De acordo com informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), esse número triplicou em relação a 2002, quando 160 eleitos se declararam como “político profissional”. Nessa perspectiva, a ação política se converte em negócio. Em se seguindo essa lógica, pode-se compreender como é que parte dos eleitos acaba por transformar a política em negócio de família.

Um Congresso mais conservador

Na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o índice de renovação foi de 33,77%, sendo que 26 deputados novos atuarão no Legislativo estadual a partir de 2015. Apenas 23 – menos de um terço – são deputados pela primeira vez. Dos 77 deputados que compõem a plenária, 66 tentaram a reeleição e 79,69% deles foram reconduzidos.

Na Câmara dos Deputados, 46,39% das vagas, isto é, 240 serão ocupados por deputados eleitos neste pleito. Isso implica que 273 parlamentares foram reeleitos. Daí se infere que a cada dois deputados da legislatura encerrada em 2014 apenas um conseguiu se reeleger. No Senado, a taxa de renovação é maior. Apenas um terço das vagas estava em disputa. Novos senadores ocuparão 81,48% dessas cadeiras. Isso é indicativo de que, no Senado, poucos parlamentares conseguiram se reeleger.

Apesar disso, uma análise preliminar feita pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) mostra que o próximo Congresso será um dos mais conservadores que se formaram desde a redemocratização, em 1985.

Uma das razões apontadas pelos analistas é o elevado custo de campanha. Com financiamento escasso, reduziu-se a bancada identificada com os movimentos sociais e com o sindicalismo. A bancada sindical, que era composta por 83 deputados federais na atual legislatura, foi reduzida a pouco mais da metade. A partir de 2015, serão apenas 46 deputados.

Em contrapartida, cresceu a bancada vinculada ao mercado, ao setor empresarial e ao ramo do agronegócio. A análise global permite inferir que predomina entre os eleitos aqueles que tinham dinheiro para custear sua campanha. Partidos historicamente ligados à defesa dos interesses da classe trabalhadora e de programas geralmente identificados como de esquerda tiveram redução em seu

número de parlamentares, ao passo que aumentaram os deputados eleitos por coligações e partidos sem identidade programática.

Em alguma medida, esse fenômeno parece estar relacionado também à incapacidade do Governo Federal e dos partidos de sua base de darem uma resposta suficiente para o discurso moralista que parte da grande mídia tem feito e que afirma ter existido um aumento da corrupção durante o governo petista. Recuperando uma tática eleitoral repetida em quase todas as eleições das últimas décadas, abriu-se uma nova onda de denúncias. Antes de serem apuradas e de serem julgados os possíveis culpados, estes já são condenados pela mídia, com o apoio de setores da classe média detentoras de um discurso parcial em defesa de valores conservadores. Seja como for, parece que o governo atual não tem conseguido se apresentar como responsável por inúmeras medidas de combate à corrupção que foram implementadas – tanto na esfera do Executivo como na do Legislativo – nos últimos anos. Embora não existam estudos que demonstrem isso, é bastante verossímil que os candidatos ligados aos partidos governistas tenham perdido, em razão dessa onda moralista eleitoralmente intencionada, parte dos votos que antes costumavam receber.

Com grande número de votos, foram eleitos ou reeleitos candidatos que se destacaram pela homofobia e por discursos reacionários que enxergam, na redução da maioria penal, uma política de segurança pública. Este é o caso de candidatos que foram eleitos beneficiando-se de sua fama como apresentadores de programas policiais em que aparecem como justiceiros. Nessa linha, reduzem a segurança pública ao revanchismo dos “cidadãos de bem” contra os “bandidos”, sem preocupação em compreender as causas reais da violência.

Também se fortaleceu a bancada evangélica. Não há um levantamento final que apure quantos serão os deputados federais que se identificam com essa bancada. Estima-se, porém, que será mais numerosa, superando os atuais setenta deputados que a compõem.

Deve crescer também a chamada “bancada da bala”. Incluem-se nesse grupo os deputados que servem aos interesses da indústria armamentista, mas será incrementada também pelo aumento de policiais e de militares eleitos. Faltam ainda números precisos. No

Atraso na discussão da igualdade de gênero

A próxima legislatura também não representará avanços nas relações de gênero. Isso pode ser afirmado do ponto de vista qualitativo e também quantitativo. Em 2010, as 45 mulheres representavam 8,8% dos 513 deputados federais. Na eleição de 2014, passaram a ser 51 mulheres, que correspondem a 9,9% da casa. Na bancada de Minas Gerais, mantém-se a proporção. O estado é representado por 53 deputados federais, apenas cinco mulheres.

No Senado, das 27 vagas que estavam em disputa, cinco serão assumidas por mulheres. Somadas às outras seis que cumprem mandato até 2018, serão 11 senadoras ou 13,6%. Na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, serão cinco mulheres (6,49%). Atualmente são apenas quatro (5,19%).

É incontestável a ocorrência de uma sub-representação feminina em todas as esferas

Rateamento de poder

Do ponto de vista do controle do poder político e da condução do processo legislativo, PT, PMDB e PSDB continuam, nessa ordem, sendo as maiores bancadas. O PMDB tem o maior número de senadores. Em segundo lugar, aparece o PT. Em terceiro lugar nas duas casas aparece o PSDB.

entanto, estima-se que essa bancada será 30% maior do que era no mandato atual.

Descriminalização das drogas, aborto, união entre pessoas do mesmo sexo foram temas polêmicos nos últimos quatro anos e permearam o debate durante o período eleitoral. Dado o perfil do novo parlamento, é possível que, caso essa pauta venha a ser abordada, haja um acirramento no Congresso. Segundo as estimativas do DIAP, praticamente dobrou o número dos deputados que são contra qualquer mudança nesses campos.

do Poder Legislativo. As mulheres representam 51,55% do eleitorado mineiro e, mesmo assim, ocupam a minoria das vagas de representação. Desse modo, é pouco provável que as diferentes casas legislativas apreciem adequadamente as questões afetas a essa parcela maior da população.

Contudo, vale neste campo o mesmo raciocínio apresentado acima relativo aos jovens: o problema não é meramente quantitativo. Mesmo sem diminuir em nada a importância da questão de gênero e de geração, não parece suficiente analisá-las isoladamente desconsiderando outros aspectos, como aqueles já citados, que configuram o novo Legislativo como um dos mais conservadores em tempos recentes. Parece pouco realista esperar que, com um perfil político tão reacionário, se estabeleça algum ganho nas relações de gênero.

O Partido dos Trabalhadores teve uma diminuição de 20,45% em sua bancada na Câmara Federal, passando de 88 deputados para 70. O PMDB perdeu cinco deputados, o que representa uma redução de 7,04%. Já o PSDB cresceu 22,73%, passando de 44 para 53 deputados. Portanto, a julgar pelo tamanho das bancadas dos maiores partidos, não

houve alteração das forças que eles desempenham. Entre os partidos considerados pequenos e médios não há mudanças importantes, apesar de merecerem destaque o crescimento do PSB (41,67%) e do PSOL (66,67%) e o encolhimento de 45% sofrido pelo recém-fundado PROS.

A maior mudança se verifica quando se considera a entrada de seis novos pequenos partidos na partilha do poder. No mandato com vencimento em 2014, havia 22 partidos atuando na Câmara. A partir de 2015, serão 28 legendas. Nenhum dos ingressantes (PHS, PTN, PTC, PSDC, PRTB e PSL) é reconhecido por ter vinculação alguma a movimentos sociais históricos, por plataforma ideológica ou por programas específicos.

O aumento no número de partidos no Congresso trará um problema maior para o presidente da República eleito neste ano. Há duas décadas, instalou-se no país o chamado “presidencialismo de coalizão”. Com essa expressão, pretende-se descrever a situação brasileira em que o Poder Executivo necessita de negociar com o Poder Legislativo estilhaçado em numerosos partidos. Para governar, o Executivo necessita de apoio de deputados e senadores. Do contrário, não consegue aprovação para os projetos que apresenta. Esses acordos são feitos, frequentemente, com base em negociações pragmáticas e costumam contrariar os valores defendidos pelo partido do presidente da República. Parte significativa das ações de governo que contradizem suas convicções ideológicas se deve a essas negociações. Quanto mais fragmentado é o Legislativo, tanto mais difícil é para o Executivo gerenciar a competição que se instala entre os partidos por uma fatia a mais de poder.

O tamanho das bancadas na Câmara dos Deputados atualmente é utilizado para calcular o valor que cada partido recebe do Fundo Partidário. Trata-se de uma verba do orçamento da União repassada tendo em vista o custeamento dos partidos. A maior parte

desse valor é calculado com base no número de votos que cada partido recebeu na última eleição para a Câmara dos Deputados. Também o tempo a que cada partido terá direito na propaganda de rádio e televisão na próxima eleição é calculado tendo em vista a bancada que cada um deles conseguiu formar. Isso põe em pauta novamente o polêmico debate sobre o fato de que o dinheiro público acaba sendo canalizado para partidos com pequena representação social.

O ingresso desses pequenos partidos na Câmara pode representar uma maior dificuldade de se aprovar uma reforma política. O mandato atual representou um fracasso de qualquer tentativa de reforma nesse campo. No entanto, mesmo iniciativas populares como a proposta que tem sido construída pela *Coalizão pela reforma política democrática e eleições limpas*, da qual faz parte a CNBB, ficam mais vulneráveis. Afinal, a aprovação de uma Reforma passa a depender do apoio dos partidos considerados pequenos (com 10 a 19 deputados), muito pequenos (entre 5 e 9 deputados) e os chamados “nanicos” (entre 1 e 4 deputados). Somados, os partidos que se enquadram nessas categorias detêm 114 deputados (22,2%) e constituem uma força considerável. Em princípio, não parece provável que tais partidos aprove medidas que implicariam restrições a sua forma de atuação e, potencialmente, limitariam seu acesso ao poder.

Outro aspecto que chama a atenção na eleição para a Câmara Federal é que apenas 35 candidatos alcançaram o chamado quociente eleitoral. Obtém-se esse número dividindo a quantidade de votos válidos apurada na eleição pelo número de vagas a que cada estado tem direito. Os demais deputados foram eleitos com auxílio dos votos dados à legenda a que pertencem, ou pela transferência de votos de outros candidatos do partido ou da coligação. Em Minas Gerais, apuraram-se pouco mais de 10,1 milhões de votos para deputado federal. Como o estado tem

direito a 53 vagas na Câmara, um candidato deveria obter um quociente eleitoral de cerca de 190 mil votos para se eleger.

Apenas cinco candidatos superaram essa marca em Minas Gerais. Todos os outros alcançaram sua eleição graças aos votos obtidos pela legenda ou pelo excedente conquis-

Eleição e poder econômico

Havia uma expectativa na sociedade de que, nesta eleição – a primeira que ocorre após as manifestações de junho e julho de 2013 –, a população imporia uma intensa renovação dos políticos. Os percentuais descritos acima indicam que, de fato, houve uma mudança significativa dos mandatários, mas não parece possível dizer que houve renovação. Muitos dentre aqueles que nunca haviam estado em um cargo político de representação popular são provenientes de grupos sociais mais conservadores. Outros foram eleitos apenas por serem figuras conhecidas na mídia ou por serem parentes de políticos tradicionais.

Não se pode dizer, contudo, que tal resultado não fosse previsível. Em se tratando de uma das campanhas eleitorais mais caras da história do país, seria de se esperar que o voto acabaria por consagrar aqueles que detinham o dinheiro.

Um levantamento preliminar feito pela *Transparência Brasil*, baseado na segunda prestação de contas parcial apresentada por candidatos à Justiça Eleitoral, mostra que os 513 deputados declararam haver recebido R\$ 168,3 milhões doados por 1.916 empresas. Observa-se, no entanto, que dois terços desse valor é proveniente de apenas 30 empresas. Isso significa que para cada R\$ 3 doados, R\$ 2 vieram desse pequeno grupo de doadores. Em outras palavras, 63% de todo recurso arrecadado veio de apenas 1,5% dos doadores, responsável por R\$ 105,4 milhões que custearam a campanha dos candidatos eleitos para a Câmara Federal.

tado pelos cinco mais votados. Destes últimos, quatro foram reeleitos. O único a ocupar pela primeira vez uma cadeira na Câmara alcançou uma votação tão expressiva por ser filho de um empresário que, nos últimos 28 anos, esteve na Câmara cumprindo sete mandatos como deputado federal.

Essa concentração de doações em um grupo tão pequeno de doadores mostra a influência que será exercida sobre os deputados. Tendo aportado valores tão altos, essas empresas podem manifestar a expectativa de que os parlamentares atuem em seu favor. No mínimo, o deputado fica vulnerável a pressões que, eventualmente, venha a ser feita por financiadores de campanha tão poderosos.

A prestação de contas definitiva será feita apenas em novembro. Os números atuais apontam que a JBS é a principal doadora. Do valor total (R\$ 105,4 milhões) doado pelos 30 maiores financiadores, R\$ 27 milhões vieram dessa empresa que detém as marcas Friboi e Seara. Isso implica que, mesmo nesse reduzido grupo, a JBS é responsável por R\$ 1 em cada R\$ 4 doados. Receberam esse dinheiro onze partidos. Destacam-se, porém, o PTB, o PP e o PR que, juntos, acumularam R\$ 21,1 milhões.

A segunda maior doadora é a OAS, um conglomerado que atua no ramo da construção civil e da construção pesada. Sozinha essa empreiteira foi responsável por R\$ 14,5 milhões que entraram na contabilidade dos deputados eleitos. Nove partidos se beneficiaram com esse valor. Em destaque, estão R\$ 10 milhões doados a parlamentares petistas.

O terceiro lugar é ocupado por empresas do Grupo Vale. Deputados de 13 partidos receberam o total de R\$ 11,2 milhões. Destacam-se os parlamentares do PMDB que foram destinatários de R\$ 3,1 milhões.

No grupo dos 30 maiores, chama a atenção a presença de empreiteiras de obras pú-

blicas. São nove doadoras, algumas bem conhecidas como a Queiroz Galvão, a UTC Engenharia e a Odebrecht, cujas contribuições atingem a casa dos milhões. Doações por parte de empresas que realizam contratos milionários com o Governo sempre foi objeto de suspeita. Ainda que não sejam ilegais, muitos questionamentos éticos são feitos contra essa situação de promiscuidade entre os interesses públicos e o benefício privado. Ao longo das últimas décadas, numerosos casos de corrupção foram denunciados. Nos casos em que ocorreu apuração, são apontados os políticos corrompidos, mas raramente acontece apuração e punição das empresas corruptoras.

Os dados apontados pela *Transparência Brasil* permitem calcular também o “índice de efetividade” das doações de cada empresa. Tomando-se o montante doado, verifica-se quanto receberam os candidatos que conseguiram se eleger e quanto foi doado para aqueles que perderam a eleição. Este último caso representa uma espécie de perda de investimento, já que o dinheiro gasto não tem como voltar para o doador em forma de apoio dentro do Legislativo. Cria-se uma espécie de indicador que avalia a “taxa de sucesso” que uma empresa alcançou com suas doações. A JBS aparece com uma taxa de efetividade de 86%; o Grupo Vale obteve 84% e a OAS alcançou 72%. Há outras empresas que conseguiram 100% de sucesso.

O jornal *Estado de São Paulo* (responsável também pela publicação dos dados aqui utilizados) procurou ouvir as três maiores empresas doadoras, que desembolsaram mais de R\$ 10 milhões cada uma. O Grupo Vale preferiu não se manifestar. A OAS afirmou a legalidade das doações, mas não discutiu seus objetivos, os motivos ou os critérios que a levaram a fazer as doações. A JBS afirmou que seu objetivo é contribuir com o debate político e o desenvolvimento da democracia. A escolha dos partidos e candidatos destinatários das doações foi feita, segundo a empresa, tendo em vista projetos apresentados pelos políticos. Tais projetos estariam em consonância com valores e crenças da JBS, a qual afirma também que suas doações estão bem abaixo dos 2% do faturamento da empresa em 2013 preconizados pela legislação.

De fato, a legislação eleitoral estabelece que qualquer empresa pode doar esse percentual sobre o faturamento obtido no ano anterior ao da eleição. Pessoas físicas podem doar até 10% de seus rendimentos brutos. Contudo, a legislação não estabelece nenhum limite para o valor absoluto da doação. O resultado disso é que empresas com maior faturamento ou pessoas mais ricas possam doar muito mais do que pessoas e empresas que detenham menos recursos. Dessa forma, abrem-se portas para o tráfico de influências e a corrupção.

Em debate, o papel do estado na diminuição das diferenças sociais e econômicas

A economia nos programas dos candidatos à Presidência

A polarização entre PT e PSDB, que já dura há vinte anos no Brasil, foi reeditada pelo resultado das urnas no primeiro turno da eleição presidencial. Quase sempre, o confronto entre os dois se pautou pelas manei-

ras diferentes de compreenderem as políticas sociais. O Partido dos Trabalhadores é frequentemente apresentado como se apresentasse maior preocupação com essa área do que o seu adversário. O PSDB estaria, nessa

mesma perspectiva, mais comprometido com a elite econômica e com os segmentos mais altos da classe média.

Como costuma acontecer com as polarizações, também neste caso cria-se um modelo mental excessivamente simples para se compreender um fato bastante complexo. A diferença existente entre os dois partidos parece estar relacionada, entre outros aspectos, à forma como ambos entendem o papel do Estado e a relação deste com a sociedade. Talvez se possa atribuir a essa questão um papel fundante em relação a todas as demais.

Isso se mostra, em particular, na concepção econômica dos dois partidos. As eleições anteriores (2006 e 2010) se deram em uma conjuntura de maior crescimento econômico. Há um consenso ao se afirmar que, ao longo das duas últimas décadas prevaleceu o chamado “tripé econômico”. A controvérsia reside apenas quanto aos anos mais recentes do mandato de Dilma Rousseff (PT), acusada por seus opositores de ter abandonado o modelo. O tripé econômico propõe o controle sobre a inflação, mantida dentro de um patamar preestabelecido; o superávit primário, isto é, o governo gastando menos do que sua capacidade de arrecadação; e a taxa de câmbio flutuante em razão da qual o preço do dólar frente ao real não é controlado pelo governo, mas oscila de acordo com contingências do próprio mercado.

Enquanto prevaleceu um cenário econômico favorável fora do país, esse modelo foi conduzido sem maiores percalços. Desde 2008, diante das dificuldades que passaram a marcar o cenário mundial com efeitos também no âmbito nacional, acentuam-se as diferenças entre as propostas de governo encampadas pelos dois partidos. Na concepção do Partido dos Trabalhadores, o Estado tem um papel fundamental na economia. Há estudiosos que definem o modelo petista como um “governo social desenvolvimentista”. Com isso, pretende-se afirmar que as

mudanças realizadas ao longo dos últimos anos teriam resultado na alteração da estrutura social e econômica do país. O aumento do investimento e a ampliação do mercado interno (pela inclusão de classes sociais que antes tinham acesso mais restrito a bens e serviços) teriam sido responsáveis, de acordo com tal perspectiva, pelo crescimento econômico verificado durante os doze anos da gestão Lula e Dilma. Como resultado de tal política econômica, o governo petista comemora a manutenção de uma taxa básica de juros anual bem menor (atualmente em 11%) do que aquela praticada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que chegou a 44,95%. De modo semelhante, a taxa de desemprego no país era, no último ano do governo do PSDB, de 12,2%, contra os atuais 5,4%.

Por outro lado, o PSDB critica o crescimento baixo ou quase nulo e a inflação elevada que estaria desestabilizando a economia durante o governo Dilma. Por isso, o PSDB propõe como solução a volta ao tripé econômico citado acima; a redução gradual da meta da inflação para 3% ao ano; e o aumento do investimento para 24% do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de toda a riqueza produzida no país ao longo de um ano. Esse receituário tem sido chamado na imprensa de “choque capitalista”. Constitui, na verdade, uma espécie de remédio liberal que tem sido aplicado nos países centrais e, em medidas variadas, também naqueles países ditos “em desenvolvimento”. Essa é exatamente uma das razões pelas quais esse modelo tem angariado muitas críticas. Seus opositores afirmam que essa condução da economia levou à crise internacional e às altas taxas de desemprego nos países europeus que compõem a chamada Zona do Euro.

Durante a campanha para o segundo turno da eleição presidencial, têm se multiplicado as discussões entre defensores de ambos os pontos de vista. Talvez o mais emblemático desses debates tenha sido um confronto

entre o ministro da fazenda Guido Mantega e ex-presidente do Banco Central do Brasil, na gestão de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), entre 1999 e 2002. Armínio Fraga já foi anunciado pelo candidato Aécio Neves como seu ministro da fazenda, caso venha a ser eleito. Fraga e Mantega concordam em um aspecto: é preciso aumentar o nível do investimento no Brasil, atualmente em 17% do PIB. O remédio que ambos propõem, no entanto, é bastante diverso.

Para o governo atual, a saída para o baixo crescimento econômico deverá vir da diversificação das fontes de crescimento. No eventual segundo governo de Dilma Rousseff (PT), o BNDES coordenaria um programa de aprimoramento da infraestrutura logística do país, com um incremento de 1,5% do PIB nos próximos cinco anos. O crescimento deverá vir do mercado doméstico, de exportações e de obras de infraestrutura.

Enquanto o governo petista enxerga o banco estatal BNDES como uma fonte de financiamento que atua como uma proteção para as empresas, o tucano considera excessiva a presença do governo e trata esse suposto intervencionismo como responsável pelo baixo nível de investimentos. Defende que os empréstimos subsidiados pelo BNDES sejam concedidos com critérios mais rígidos e que seja aumentada a participação da iniciativa privada no investimento. Os tucanos fazem críticas também ao controle de preços

O voto dos pobres

A distinta maneira de se compreender o papel que o Estado deve ter na condução das relações econômicas tem um desdobramento direto sobre aspectos concretos da vida cotidiana. Um desses aspectos são as políticas de inclusão social. O discurso que a candidatura de Aécio Neves tem feito sobre a condução da economia acaba por facilitar a difusão da ideia de que o PSDB seria o partido dos ricos, do mercado, do ajuste fiscal mediante arrocho salarial. No contraponto, Dilma seria a

(de combustíveis, por exemplo) praticados pelo atual governo. Defendem maior abertura para o exterior, entendendo-se com isso o afastamento dos governos “bolivarianos” (Bolívia e Venezuela entre outros) e a aproximação com os Estados Unidos.

O debate entre Armínio Fraga e Guido Mantega ganhou repercussão internacional. O blog *Beyond Brics*, mantido pelo jornal britânico *Financial Times* e que acompanha os mercados emergentes avaliou que Fraga tem razão ao afirmar que é preciso corrigir erros no atual modelo econômico: reforçar o combate à inflação, promover o aumento da taxa de investimento, atrair capital, recuperar a credibilidade e reduzir a intervenção do BNDES. Em outras palavras, o *Financial Times* ratifica o discurso do PSDB, entendido como favorável aos investidores e ao mercado financeiro. Contudo, na análise feita pelo blog britânico, Fraga é censurado como excessivamente técnico e por seu pragmatismo frio. Mantega, por outro lado, é apresentado como um político confiante e capaz de apresentar o atual governo por meio de narrativas coerentes, ainda que entremeadas de interpretações falhas sobre os fatos. Segundo o jornal, o PSDB deveria se preocupar em convencer o eleitor alheio ao mercado, demonstrando a suposta falsidade oculta na crença comum de que algo bom para o mercado seria ruim para as pessoas comuns e vice-versa.

candidata preocupada com os pobres, com a manutenção do emprego e da renda. Evidentemente, tanto uma como a outra posição são simplificações excessivas. Não fosse o contexto eleitoral e a intenção de convencer, sobretudo, as pessoas que não acompanham o jogo político e que dele alcançam pouca compreensão, semelhante discurso seria de todo inaceitável.

A apresentação de Dilma como candidata dos pobres e de Aécio como candidato do

mercado financeiro pode até ser uma formulação grosseira, mas tem sido reiteradamente afirmada na mídia. Trata-se de um argumento ambíguo e adquire conotações diversas, a depender de quem o utiliza, provocando reações ora eufóricas ora inflamadas por parte dos defensores de uma ou da outra candidatura.

De maneira capciosa, alguns analistas pretendem basear essa constatação em fatos. Servem-se para isso dos mapas disponibilizados pela Justiça Eleitoral com o resultado de votação do primeiro turno. Na imagem que se forma a partir desses números, costuma-se associar o voto dado com a situação econômica do eleitor. Aparentemente, haveria uma razão de ser para essa inferência. O Brasil que sai das urnas estaria dividido ao meio, tanto do ponto de vista geográfico como social. Supostamente, haveria então uma correlação: o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) levaria a população de uma região a votar em Dilma Rousseff. Utiliza-se a distribuição do benefício da Bolsa Família como parte do argumento. Os pobres seriam os principais eleitores de Dilma, já que temem perder o benefício. Insinua-se com esse argumento a ideia de que os pobres estariam sendo manobrados pelo PT e seu governo. Na contramão disso, os votos recebidos por Aécio Neves viriam de regiões com melhores índices de desenvolvimento. Segundo tais análises, os votos recebidos por Marina Silva não guardariam relação com tal índice e seria disseminado em todas as classes sócio-econômicas.

A apuração mostra que Dilma Rousseff venceu em 15 estados, dominando no Norte e no Nordeste. Ela dividiu o Sudeste (ganhou em Minas e no Rio de Janeiro) e conquistou também o Rio Grande do Sul. Nos outros dois estados do Sul do país, venceu Aécio Neves. Em São Paulo, Espírito Santo e em todos os estados do Centro-oeste o PSDB foi vencedor. Marina Silva venceu apenas no Acre e em Pernambuco.

O fato mais conhecido que retrata o debate sobre a correlação entre voto e pobreza foi a declaração do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), segundo o qual o PT estaria tendo um esvaziamento nos centros urbanos e caminhando para os "grotões". Segundo o ex-presidente, "o PT está fincado nos menos informados, que coincide de ser os mais pobres. Não é porque são pobres que apoiam o PT, é porque são menos informados". Nesse raciocínio, para Fernando Henrique, o PSDB se distinguiria do PT, já que alcançou maioria em um estado como São Paulo. Embora tais afirmações sejam uma interpretação possível sobre os mapas de votação publicados pela Justiça Eleitoral, era inevitável que surgisse polêmica, pois elas podem ter uma conotação preconceituosa em relação aos eleitores que votaram no PT (como se votar no PT fosse sinônimo de ignorância). Além disso, o ex-presidente faz uma associação temerária entre pobreza e ignorância. Tudo isso foi amplamente utilizado pelos petistas visando a tirar proveito da polêmica para sua campanha em favor da reeleição de Dilma Rousseff.

A maneira como o ex-presidente formula sua interpretação dos fatos é infeliz do ponto de vista político, pois é equívoca e abre margem a muitas leituras. Além disso, ela pode ser também equivocada. São escassas as pesquisas que permitem avaliar de modo confiável e conclusivo os dados disponíveis. É muito difícil, senão impossível, isolar um dado que conforma a realidade política e econômica (dentre outros aspectos da sociedade) brasileira para tentar estabelecer o impacto que uma variável pode ter.

Não obstante essa restrição metodológica, existem tentativas de se avaliar o impacto do Bolsa Família, a exemplo do que ocorreu em 2006, quando se deu a reeleição de Luís Inácio Lula da Silva. Em um desses estudos, fez-se o cruzamento de informações sobre distribuição de renda, taxa de analfabetismo, percentual da população em pobreza, renda *per*

capita, percentual da população que recebe o Bolsa Família, crescimento do PIB e outros. O resultado permite suspeitar de que apenas um percentual pequeno dos votos que reconduziram Lula à Presidência possam ser vinculados diretamente ao Bolsa Família. O estudo sugere que Lula teria sido reeleito mesmo sem os eleitores que o escolheram por causa desse programa social.

Uma comparação do cenário de 2006 com o de 2014 mostra que, naquela ocasião, Lula obteve 61% dos votos e foi eleito com larga vantagem. Em uma disputa mais acirrada como a atual, mesmo um pequeno percentual de diferença pode não ser desprezível. Se se considerar o impacto de diversos outros programas populares criados ou significativamente ampliados durante o governo petista não é improvável que isso produza alguma vantagem competitiva à candidata da situação. Porém, tudo isso é uma suposição, já que não se sabe ao certo o tamanho dessa vantagem.

As declarações de Fernando Henrique ecoaram nas redes sociais, fazendo aflorar todo tipo de imprecações intolerância contra os mais pobres, contra os nordestinos e contra o programa governamental de elevação de renda, o Bolsa Família. Em uma compreensão superficial e banal dos dados eleitorais, formou-se um argumento preconceituoso segundo o qual o nordestino é pobre, dependente dos programas assistenciais governamentais e incapaz de escolher bem seus candidatos. Em uma versão ainda mais intransigente, houve quem afirmasse que nordestino teria votado em Dilma para – ao invés de ganhar a vida pelo seu próprio trabalho – continuar usufruindo do dinheiro que recebe do programa federal Bolsa Família.

Os insultos contra os nordestinos e contra os pobres – publicados nas redes sociais e até mesmo em certos meios de comunicação de massa – trazem embutido um preconceito, segundo o qual o povo é incapaz de fazer escolhas políticas. Pessoas simples, pobres e

com baixa escolaridade seriam, de acordo com esse raciocínio, incompetentes para elaborar um adequado discernimento político. Tornar-se-iam, portanto, manipuláveis e poderiam ser facilmente enganadas e corrompidas.

Desde que, no século XIX, começou a haver eleições no Brasil, mulheres, analfabetos, escravos e pobres foram impedidos de votar. Houve momentos em que o eleitorado esteve reduzido a menos de 15% da população do país. Os argumentos que eram utilizados para justificar essa segregação, na prática, defendiam que apenas os ricos e a minoria letrada é que estava apta a exercer o direito do voto. Só na eleição de 1989 – após a reabertura para a democracia que se seguiu a mais de duas décadas de autoritarismo – é que o voto se tornou formalmente universal no Brasil.

Não se encerraram, porém, os questionamentos ao sistema que estabelece o direito à universalidade do voto. Essas críticas aumentaram após as sucessivas vitórias do Partido dos Trabalhadores, em particular na presidência da República. Após a apuração do resultado eleitoral do primeiro turno deste ano, uma associação de comerciantes de uma cidade paranaense chegou a sugerir que a legislação eleitoral fosse modificada de modo a cercear aos beneficiários do Bolsa Família o direito de votar. Em se aprovando uma tal medida, aproximadamente 55 milhões de pessoas seriam alijadas do processo eleitoral. O principal argumento é que os beneficiados pelos programas sociais de transferência de renda – grande parte deles, moradores do Nordeste e das periferias dos centros urbanos – estariam sendo responsáveis pela permanência do PT no governo.

Não é improvável, do ponto de vista estatístico, que essa população contribua para a possível recondução do atual governo. Seria necessário discutir, entretanto, se e o que poderia haver de ilegítimo na decisão desses eleitores. Seria indispensável comparar a conduta desse segmento social com o racio-

cínio que a parcela mais escolarizada e economicamente mais abastada da população faz na hora de decidir seu voto. Tal análise deveria mostrar se há diferenças fundamentais nos dois processos decisórios em questão. Não há estudos conclusivos sobre essa questão. Contudo, algumas inferências parecem possíveis.

Multiplicaram-se tanto na mídia como nas redes sociais os ataques contra os pobres (personificados, de modo particular, nos nordestinos). Quem faz esse tipo de raciocínio, porém, não se dá conta da semelhança que existe entre essa atitude atribuída ao pobre e a intervenção feita pelas grandes empresas no processo eleitoral. Como discutido acima, nestas eleições de 2014, um pequeno grupo de empresas foi capaz de investir milhões de reais para garantir que uma bancada de deputados fosse formada de acordo com suas conveniências e interesses. Dever-se-ia perguntar por que, afinal aos ricos é facultado usar legalmente dos meios que estão a seu alcance para garantir que o poder público seja exercido em seu favor, enquanto que aos pobres – assim dizem – tal direito deveria ser negado.

Analisando o baixo dinamismo econômico das regiões periféricas do Capitalismo brasileiro, não se pode evitar a constatação de que, em municípios mais pobres, a manutenção do Programa de transferência de renda é imediatamente mais relevante do que o eventual crescimento do PIB nacional. Em tais cidades, a população depende majoritariamente da renda propiciada pelo Bolsa Família. Já os efeitos de um crescimento nacional são mais remotamente sentidos nessas regiões. É preciso considerar que a apropriação das riquezas geradas pelo país não se dá de maneira igualitária. Quanto mais afastado dos centros econômicos, menor tende a ser o dinamismo experimentado.

A promessa de melhoria de vida feita pelo modelo capitalista se torna abstrata para os destinatários do Programa, com baixa escola-

ridade e pouca capacitação técnica. As oportunidades de trabalho que podem surgir para pessoas com tal perfil oferecem remuneração baixa. Isso significa que, apesar de terem superado a linha que separa a pobreza da miséria, ainda são pessoas excluídas. A promessa da estabilidade econômica defendida pelo candidato Aécio não dialoga com a realidade vivida por essas pessoas. Diferentemente, o Bolsa família modifica diretamente o seu cotidiano. Mesmo se não essas pessoas não dispuserem de instrumentos conceituais para elaborar uma análise mais sofisticada, são capazes de chegar a essa última constatação.

Os próximos anos deverão oferecer uma análise sociológica e estatística mais exata do fenômeno. Já há, contudo, uma hipótese de que, na verdade, o voto dessas classes sociais tende a ser em favor do governo, seja ele qual for. É um comportamento conservador, no sentido de que espera-se manter o benefício já alcançado.

Diferentemente da interpretação que o ex-presidente Fernando Henrique fez dos dados eleitorais, não é por ignorância que as pessoas mais pobres decidiram votar no PT. Trata-se de um simples cálculo de meios e fins que tenta apurar em que condições elas têm mais a ganhar. Nesse aspecto, não há diferença significativa entre esse processo decisório e aquele feito pelos grandes empresários que decidem apoiar candidatos que possam atender a suas demandas.

A decisão de vincular seu voto ao governo que tem proposto programas sociais de transferência de renda parece, nessa medida, ser uma conduta racional e sensata de não deixar o certo pelo duvidoso. Ao contrário do que insinuam as propagandas eleitorais do PT, não é muito provável que Aécio Neves, se eleito, faça mudanças importantes no programa Bolsa Família, mas o candidato não tem conseguido alcançar esse nível de confiança daquela parcela da população.

Quanto à sugestão do jornal *Financial Times* de que o PSDB deveria tratar de convencer os cidadãos de que os interesses do mercado financeiro não são conflitantes com os interesses gerais da população, esse argumento talvez possa impressionar um eleitor de classe média, minimamente incluído na ordem econômica. É bem menos provável que produza algum efeito sobre pessoas sis-

Desafios do novo governo em Minas Gerais

Pela primeira vez, o Partido dos Trabalhadores venceu a eleição para governador em Minas Gerais. Essa vitória se reveste de importância para esse partido também porque ele derrotou seu principal rival, o PSDB, que esteve à frente do Executivo estadual nos últimos doze anos. Apesar disso, não foi dedicado muito tempo para comemorações. A iminência do segundo turno da eleição presidencial tem exigido toda a atenção dos partidos envolvidos na disputa.

Há fortes indicativos de que para ambos os lados, mais uma vez, Minas Gerais será indispensável para a vitória no segundo turno. Aécio venceu nos estados do Sudeste, alcançando 39,46%. Nessa região, Dilma obteve 32,39% e Marina Silva 23,60%. Em compensação Dilma Rousseff obteve maioria dos votos no Nordeste (59,68%), região que reúne mais de 38 milhões de eleitores. Aécio Neves conquistou 15,39% e Marina Silva 22,76%. Em números absolutos, o Nordeste ofereceu a Dilma mais de 16 milhões de votos. Ao passo que o Sudeste ofereceu a Aécio Neves 17 milhões de votos. Esses dois últimos números têm sido lidos como próximos, como se um anulasse o outro. Daí o raciocínio feito pelos partidos de que a conquista da maioria do eleitorado mineiro é essencial para alcançar a vitória. Aqui Aécio é conhecido e teria maiores chances de convencer a votar nele no segundo turno os eleitores que, no primeiro turno, votaram em Dilma. Do ponto de vista do PSDB, Aécio poderia ter

tematicamente excluídas da cidadania e das relações econômicas. Ao invés de enfrentar essa imagem pública de um partido comprometido com os mais ricos, o PSDB tem preferido centrar sua campanha na crítica aos casos de corrupção que assolam o governo petista. Trata-se de uma tática cujo resultado será avaliado apenas na apuração do segundo turno.

mais dificuldades para fazer a mesma coisa no Nordeste.

Frente a esse quadro eleitoral acirrado no plano nacional, muito pouco se tem falado na mídia sobre as condições do novo governo mineiro. Contudo, as negociações para composição das forças políticas dos partidos que apoiaram Pimentel já estão acontecendo. Está em discussão a escolha do deputado a quem caberá presidir a Assembleia Legislativa. Dois deputados do PMDB (Ivair Nogueira e Adalclever Lopes) e um do PT (Durval Ângelo) já são apontados como favoritos. Na segunda semana após o primeiro turno, foi montada a comissão de transição e isso já gerou descontentamento no PMDB, o qual diz não ter sido contemplado. O governador eleito diz não ter priorizado critérios políticos, mas sim a indicação de quadros técnicos para conduzir a transição.

Disputas como essas levam a intuir que – sem ter ocorrido de fato uma reforma política que dê conta de aumentar o controle, pelos cidadãos, da atividade dos políticos – não parece haver esperança de que os novos governos (estaduais e federal) serão capazes de implantar um modelo de gestão que não seja baseado na coalizão de interesses. Dadas as regras atuais do jogo político, as negociatas são até compreensíveis do ponto de vista pragmático, mas são bastante questionáveis do ponto de vista da ética. A aquisição do apoio dos partidos se converte em um mercado aberto, em que cada voto se torna mercadoria, vendável por um certo preço.

Na busca de angariar apoios no Legislativo, Fernando Pimentel terá que fazer negociações penosas para conseguir governar. Nos próximos meses, restará acompanhar para saber quais aspectos de seu programa de governo ou dos valores ideológicos defendidos por seu partido serão sacrificados para conquistar a maioria dos deputados. A essa condição convencionou-se chamar de “governabilidade”. Ela tem conduzido em todo o país mesmo os mais bem intencionados partidos à lógica de, a preço dos anéis, se preservarem os dedos quando chegam ao exercício do poder em alguma esfera de governo.

À semelhança do que ocorre no Legislativo em Brasília, também a Assembleia Legislativa se encontra estilhaçada. Em Minas, são 23 partidos políticos diferentes dividindo a casa. Também aqui no estado o PT possui a maior bancada, com dez deputados. Em segundo lugar, aparecem o PMDB e o PSDB com nove deputados cada um deles. As outras 49 vagas foram divididas entre todos os vinte partidos restantes.

Os partidos aliados ao novo governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT) conseguiram eleger 22 deputados, sendo os dez do PT (um a menos do que conquistara em 2010), os nove do PMDB, um do PROS e dois do PRB. Considerando-se os três eleitos pelo PC do B, tradicional aliado do PT, a gestão de Pimentel deve começar com uma base governista de apenas 25 deputados. Os partidos da coligação *A voz de Minas* (PSDB, PSD, DEM, PPS e PP), que constituíam o principal apoio à candidatura de Pimenta da Veiga (PSDB), já declararam que pretendem fazer oposição. Eles amargaram uma dura derrota nesta eleição, pois contavam trinta deputados e ficaram reduzidos a 21. Restam doze partidos que ainda não se definiram nem como situação nem como oposição. Nos primeiros meses de 2015, o governo deverá então se esforçar para atraí-los para a base aliada.

Outro fato é que Fernando Pimentel vai herdar um estado que está passando por uma severa crise. A informação – publicada na imprensa local – foi divulgada por um economista da Escola de Governo da Assembleia Legislativa e se baseia em dados divulgados pela Secretaria de Estado da Fazenda. Tais dados revelam que, em 2013, as contas estaduais apresentaram déficit orçamentário de R\$ 948 milhões. A dívida do estado saltou de R\$ 32,9 bilhões para R\$ 79,7 bilhões no final de 2013. Como o governo está gastando mais do que é capaz de arrecadar, a dívida vem aumentando. Ainda no ano passado, as receitas deixaram de crescer, piorando a relação entre receitas e dívidas (aumentando de 174% para 185%). Como neste ano e no próximo há uma expectativa de crescimento econômico baixo, a tendência é que a dívida aumente em relação às receitas.

Como a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe um limite à capacidade de endividamento do governo do estado, o novo governador estará impedido de recorrer a empréstimos para reequilibrar as contas. Sem esse recurso, ele ficaria em sérias dificuldades para financiar as obras e os investimentos públicos. A julgar pelos dados disponíveis, não estaria em questão cortar gastos, pois supostamente essa opção já foi aplicada pelo atual governo no final de 2013.

A julgar pelo que diz o analista, a única saída de Pimentel será renegociar a dívida do estado com a União. Um projeto de lei que criava condições para tal renegociação mais favorável aos estados foi preliminarmente aprovado na Câmara dos Deputados em 2013, mas deixou de tramitar por pressão do governo federal, que temia que o Brasil fosse rebaixado em sua classificação de risco-país por agências internacionais, caso o projeto fosse aprovado. O novo presidente da República – independentemente de qual dos dois for eleito – teria de aceitar abrir mão de receitas para beneficiar os estados e isso depende de negociação.

Enquanto isso, o próximo governador deverá enfrentar pressões dos movimentos sociais que criticam a gestão do PSDB, acusando-a de não haver investido o percentual mínimo exigido pela Constituição em saúde e educação. Segundo o movimento sindical, o governo não paga o piso salarial estabelecido em acordo e não discutiu o plano de carreira dos professores. Além disso, o novo governo deverá encontrar uma solução para os servidores efetivados sem concurso público pela Lei 100. O Supremo invalidou essa contratação e estima-se que perto de cem mil trabalhadores serão afetados, boa parte corre risco de demissão.

Há uma expectativa de que Pimentel mantenha o perfil conciliador com o qual ficou conhecido em sua gestão à frente da Prefeitura de Belo Horizonte. Nesse período, manteve relações amistosas até com o então go-

vernador Aécio Neves (PSDB), partido ao qual sempre o PT fez oposição. Em 1993, numa aliança que recebeu críticas e causou descontentamentos dentro do Partido dos Trabalhadores, Pimentel e Aécio articularam a aliança que elegeu Márcio Lacerda como prefeito da capital. Fatos como esse levam ao surgimento de dúvidas quanto à atitude que Pimentel tomaria caso fosse Aécio Neves (e não Dilma Rousseff) quem saísse vitorioso das urnas em 26 de outubro.

Dentre todas as promessas feitas pelo governador Fernando Pimentel durante a campanha eleitoral, destaca-se sua proposta de governar ouvindo a população, descentralizando e regionalizando as ações. Resta saber se ele será capaz de manter essa promessa ou se fará um governo mais próximo do modelo que já vinha sendo adotado pelos tucanos.

Créditos

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do NESP, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 05 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: www.pucminas.br/nesp | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Cássio Ferreira Borges - RENS

Frederico Santana Rick - VEASP

José Zanetti Gonçalves – RENSE

Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Robson Sávio Reis Souza

Redator:

Claudemir Francisco Alves